



REUNIÃO ABERTA

Professores debatem processo administrativo contra estudantes

Comissão nega direito de defesa aos acusados e fará julgamento à revelia

Os professores se reúnem nesta quarta-feira, 27/02, às 18h, na sede da APROPUC, para tomar uma posição sobre o processo administrativo movido pela Reitoria contra nove estudantes. Eles são acusados de liderar a ocupação de novembro de 2007.

A APROPUC acompanha os trabalhos das duas comissões e pôde constatar que, em vários momentos, foram tomadas atitudes contrárias ao espírito democrático que sempre regeu a universidade. As irregularidades se avolumaram de tal maneira que hoje constituem-se em verdadeiras violações dos Direitos Humanos (veja editorial da APROPUC nesta edição).

Por outro lado, professores, Departamentos e Faculdades vêm levantando suas vozes contra a punição desmedida de seus alunos por uma comissão processante indesejável, uma vez que vários setores internos e externos à universidade vêm reivindicando uma solução dialogada. Para boa parte dos professores, não é condizente com a liberdade de cátedra o fato de se utilizarem históricos escolares como "provas".

Julgamento à revelia

Na segunda-feira, 18/02, os acusados deveriam depor à Comissão.

A maioria deles, porém, julgou exíguo o prazo de nove dias para constituir advogados, estabelecido por uma convocação feita às vésperas do início do ano letivo.

A Comissão Processante negou provimento ao recurso dos estudantes, preferindo julgá-los à revelia. Tal procedimento afronta mais uma vez princípios jurídicos consagrados. A Súmula nº 343 do Superior Tribunal de Justiça determina como obrigatória a presença de advogado de defesa e, caso isto seja impossível, a própria instituição acusadora deverá

providenciar um advogado dativo.

Somente uma estudante acusada depôs na segunda-feira. Segundo o *PUCviva* pôde apurar, a oitiva, fugindo aos procedimentos habituais, prendeu-se a questões subjetivas, sem que uma acusação fosse definida por parte da Comissão. A estudante foi constrangida a responder perguntas que fugiam à sua participação no movimento. Num claro espírito de delação, os professores procuravam informações sobre a participação de outras pessoas, o que a estudante negou-se a responder.

27/02
quarta-feira

REUNIÃO ABERTA DOS PROFESSORES

18h - sede da APROPUC

- ✓ Avaliação do processo de sindicância, em defesa das liberdades democráticas

ASSEMBLÉIA DOS FUNCIONÁRIOS

14 h - sala 239

- ✓ Informes e campanha salarial

Reitoria da PUC-SP viola Direitos Humanos

Ao analisar o relatório da Comissão Sindicante sobre a ocupação da Reitoria da PUC-SP pelos estudantes – fato ocorrido em novembro de 2007 – e o ato-conjunto da reitora Maura Bicudo Vêras e dos secretários da Fundação São Paulo, que instaurou o processo administrativo contra os estudantes, fica evidenciado que os procedimentos adotados não apenas ferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade, a Constituição Federal, os princípios processuais básicos de Justiça e os postulados da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Tais evidências decorrem dos seguintes fatos:

1) Todas as informações disponíveis – inclusive veiculadas pela própria Reitoria – dão conta de que centenas de estudantes, entre 300 a 500, decidiram ocupar a Reitoria na noite de 5 de novembro de 2007; na desocupação, na madrugada de 11 de novembro, a tropa de choque da Polícia Militar identificou (nome e RG) dentro da sala da Reitoria 122 alunos da PUC-SP e outros 32 estudantes não matriculados na universidade.

2) A Comissão Sindicante nomeada pela Reitoria, que iniciou seus trabalhos dia 3 de dezembro e entregou o relatório final dia 26 de dezembro, 23 depois, convocou atabalhoadamente alguns alunos para depor, por telegrama, sem especificar do que se tratava, e se recusou a fornecer a esses alunos a cópia do ato da Reitoria que havia determinado a sindicância; como os alunos convocados para depor protocolaram pedidos de cópia do ato da Reitoria, a Comissão Sindicante simplesmente dispensou a coleta do depoimento desses estudantes, não ouviu os estudantes como está previsto no Art. 134 do Estatuto e no Art. 188 do Regimento Geral da PUC-SP.

3) O relatório da Comissão Sindicante está sustentado nos depoimentos dos agentes de segurança da empresa Graber, que é uma empresa privada de serviços terceirizados, que emprega e treina agentes de segurança para empresas em geral, sem nenhuma qualificação específica para trabalho no ambiente universitário; portanto, o corpo de segurança da Graber não tem preparo adequado para entender e interpretar corretamente os valores e os costumes que norteiam normalmente a vida de uma instituição de ensino superior, onde a democracia interna, a liberdade de expressão, o debate e a divergência fazem parte da natureza acadêmica, e que a militância estudantil e social costuma ser respeitada como direito da cidadania.

4) A Comissão Sindicante fechou o relatório final sem ouvir os estudantes, em especial os que foram citados e acusados nos depoimentos dos agentes da segurança privada. Esse procedimento afronta todos os princípios do Direito e da Justiça: não se pode acusar e denunciar formalmente quem quer que seja sem antes ouvir a palavra do acusado e do denunciado. Formalizar uma acusação apenas com base na palavra de uma “testemunha” foge completamente ao sentido maior da sindicância, que é apurar – com o máximo de precisão – a veracidade dos fatos. Não respeitar essa intenção, que depende da boa-fé dos sindicantes, é falsear todo o processo da sindicância e exercer simplesmente uma irresponsável e odiosa discriminação contra os acusados. Tal procedimento, inclusive, é passível de ação indenizatória por danos morais, já que formalizou uma acusação contra os estudantes antes mesmo de se permitir a defesa e o contraditório. Existe uma tentativa deliberada e forçada de transformar nove estudantes em lideranças de um movimento organizado, o que pode caracterizar um embuste para punir “bodes expiatórios” previamente escolhidos pela direção da universidade.

5) Ao acatar o relatório da Comissão Sindicante para determinar a abertura do Processo Administrativo contra os alunos, sem ponderar sobre eventuais falhas, vícios e delitos praticados nos procedimentos adotados pelos sindicantes, a reitora Maura Vêras incorreu também em erro de origem, pois deu seqüência às

acusações e denúncias contra alguns estudantes tendo como base um relatório parcial e arbitrário. Se tivesse tido o cuidado de preservar os princípios básicos do direito, e o próprio Estatuto da universidade, teria determinado que a Comissão Sindicante ouvisse também os estudantes – antes de se consumir qualquer acusação ou denúncia. No entanto, o ato da Reitoria tal como está já apresenta no seu objeto a relação dos alunos que devem ser punidos, já que foram identificados, julgados e condenados pela Comissão Sindicante. Só falta a pena. Tal procedimento afronta o respeito aos Direitos Humanos, pois deixa explícita a intenção discriminatória e arbitrária de punir alguém sem assegurar amplo direito de defesa. O processo em andamento já está viciado desde o início e, portanto, deve ser anulado sob pena de causar mais danos às pessoas envolvidas e comprometer ainda mais a história e a imagem pública da PUC-SP.

Diante do exposto, a APROPUC conchama a comunidade a protestar contra essa impostura processual; o Conselho Universitário (Consun) a indicar a devida anulação do Processo Administrativo em curso; e a sociedade para defender a história de luta democrática da PUC-SP - ameaçada no momento por atos de injustiça e de violação dos Direitos Humanos.

Diretoria da Apropuc
20.02.2008

O que garante o direito de defesa aos estudantes

Estatuto da PUC-SP:

“Art. 134 – Nas sindicâncias deve ser ouvido sempre o indiciado, que tem o direito de indicar os elementos ou provas de interesse de sua defesa, provas estas que poderão ser realizadas, se julgadas necessárias, a juízo da autoridade sindicante”.

Regimento Geral da PUC-SP:

“Art. 188 – Colhidas as informações necessárias à comprovação dos fatos e sua autoria, deverá ser ouvido o sindicado, que poderá apresentar provas de seu interesse no ato ou no prazo máximo de três dias, para que o sindicante possa apreciá-las”.

Constituição Federal

“Art. 5º - LV – Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

Declaração Universal dos Direitos Humanos:

“Artigo 11º - Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa”.

A má-fé da Reitoria em seu boletim

Em artigo assinado pela Reitoria e veiculado no boletim “A Semana”, de 11 a 17 de fevereiro, está escrito o seguinte: “A Comissão Sindicante realizou seus trabalhos de investigação e convocou os estudantes que haviam sido arrolados nos autos para serem ouvidos. No entanto, todos eles recusaram prestar depoimentos, sob diversas alegações”.

A VERDADE: Os estudantes foram convocados para prestar depoimento por telegrama, sem especificação de assunto; a medida mais correta, no caso, orientada por advogado, foi solicitar cópia do ato da Reitoria que instaurou a comissão sindicante, de forma que eles pudessem se inteirar do assunto em questão, e, ao mesmo tempo solicitaram adiamento do depoimento para outra data a ser marcada pela comissão. Os documentos apresentados individualmente pelos alunos afirmam expressamente que eles não se negaram a depor, apenas precisavam estar cientes do assunto da sindicância. A comissão sindicante decidiu fechar o relatório final sem colher os depoimentos dos alunos. Não cumpriram o Estatuto da PUC-SP, arrolaram nove estudantes sem dar a eles o direito sagrado de se defender e apresentar testemunhas e provas de seu interesse.

Dirceu de Mello analisa a atual situação da PUC-SP

Neste número apresentamos o primeiro depoimento de um professor da PUC-SP sobre o processo de sucessão da atual Reitoria. Professor da Faculdade de Direito e diretor do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, Dirceu de Mello concorreu nas últimas eleições à Reitoria, conseguindo o segundo lugar. O quadro político da universidade, além da sindicância, dívida da universidade, candidatos a reitor e relações com a Fundação São Paulo fazem parte dos temas abordados pelo professor Dirceu.

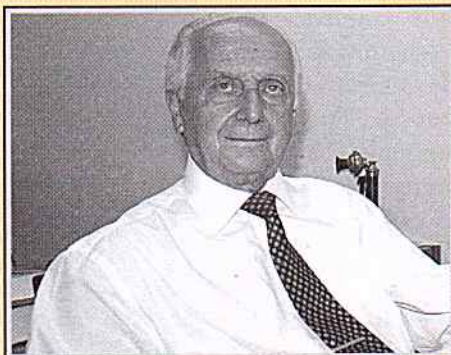
BALANÇO DA GESTÃO MAURA

"Não faço um balanço favorável. Na verdade, acabei frustrado em minhas expectativas. Na última eleição, éramos três candidatos, e todos diziam que os responsáveis por aquele quadro difícil para a universidade não eram professores, funcionários nem estudantes. A primeira medida que me decepcionou foi o sacrifício de dois segmentos da comunidade – professores e funcionários. Muitas demissões, que não tiveram anunciados seus critérios. Na oportunidade, fiquei muito apreensivo e desgostoso com essa situação. Poucos professores conseguiram reverter tal quadro e retornar, mas a grande maioria foi injustiçada. Contudo, outras ações ainda tramitam no Judiciário, e alguns dos demitidos vêm obtendo sucesso em suas causas.

Outro fato que me deixa apreensivo é que, à época, tínhamos a rigor dois grandes problemas na universidade: o econômico, com uma dívida muito grande, e o chamado problema estrutural, com muitas deficiências neste sentido. Basta que consideremos a morosidade na tramitação de todos os expedientes, até mesmo no funcionamento do Conselho Universitário (Consun), ao qual estou integrado. Em sessões que começamos pela manhã, com uma pauta não tão avantajada, seguimos até duas ou três horas da tarde. Considero isso desperdício de tempo e de energia. Este é apenas um exemplo para ilustrar que, ao lado do problema econômico, tínhamos também um problema estrutural".

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

"Agora que a gestão Maura Vêras está chegando ao final, continuamos com os problemas econômicos: a



"Se o senhor me perguntar se eu sou candidato, eu digo que não. Mas isso não quer dizer que não poderei vir a ser"

dívida se multiplicou, aumentando de R\$ 56 milhões para R\$ 125 milhões. Um dia, este dinheiro terá de ser pago. E apesar de a Reitoria dizer que a dívida está sob controle, com prazo maior e juros mais baixos, sabemos que o problema está "equacionado" graças à intervenção da Fundação São Paulo, já que foi o Cardeal quem avalizou os débitos bancários. A universidade não foi suficiente, falhou nessa parte. Por isso, entendo que hoje a autonomia universitária está francamente arranhada, para não dizer comprometida. Rigorosamente falando, quem tem o controle da PUC-SP é a Fundação São Paulo.

Por outro lado, se não tivesse ocorrido a intervenção, a universidade teria sucumbido. De sua

parte, a Reitoria falhou, e quem era apenas mantenedora passou a ser interventora. Na minha concepção, universidade e Fundação têm que ser parceiras. A PUC-SP tem de resolver seus próprios problemas. Não pode, a cada instante, chamar a Fundação para acudir e evitar um desastre maior. Aliás, não foi só a Fundação São Paulo que interveio, o Ministério Público também, através da curadoria das fundações. Desta forma, o problema financeiro continua existindo e, lamentavelmente, a universidade teve sua autonomia atingida.

O problema estrutural perdura. Pode-se dizer que o Redesenho resolverá, mas é algo que ainda está sendo discutido, um tema polêmico, com várias oposições, várias vozes descontentes. É no mínimo extravagante que, num final de mandato, a Reitoria que se despede faça um Redesenho que será um legado para quem sucedê-la. Vingando esse Redesenho – tenho várias objeções a fazer, estou aguardando as reuniões do Consun para tocar no assunto –, deixa-se algo que não é recebido tranquilamente pela comunidade.

Eram dois problemas, e agora temos um terceiro, que é o acadêmico, com a dispensa de funcionários e professores, entre eles valores exponenciais do nosso magistério. Evidentemente, a qualidade de ensino acabou sacrificada. E nem todos os novos contratados estão correspondendo à expectativa. Alguns cursos obtiveram avaliação baixa do Ministério da Educação, outros foram rejeitados pela comunidade, alguns nem podendo ser instalados – o resultado do Vestibular está aí para mostrar. Diante de uma situação como essa, a mantenedora teve de intervir, e o fez porque a administração da universidade falhou. E digo isso aqui porque estou cansado de dizê-lo no Consun".

ELEIÇÕES

"Desde que o sistema atual foi introduzido, com a comunidade se manifestando sobre os candidatos, o Cardeal, avaliando a lista tríplice de nomes, tem prestigiado o primeiro colocado. Mas ele possui, evidentemente, a faculdade da escolha. A eleição não está tão próxima assim. O estatuto da Fundação foi reformulado, e o da universidade também, ao menos em parte. Ou seja: as regras que possuíamos para o processo eleitoral, a esta altura, estão superadas. Existe a expectativa de novas regras. Por isso acho cedo se falar de uma forma direta em eleições.

Se o senhor me perguntar se sou candidato, eu digo que não. Mas isso não quer dizer que não poderei vir a ser. Afinal de contas, não só participei da eleição passada para reitor, como sou diretor de Centro eleito, fui diretor da Faculdade de Direito, chefe de Departamento, tudo através de eleições. E nunca me fiz candidato. Entendo que a comunidade é que deve nos fazer candidatos. É preciso que eu sinta efetivamente se os professores, funcionários e estudantes pensam em mim dessa forma.

O exercício de um cargo dessa importância reclama dois tipos de condições. Primeiro as condições objetivas, as quais eu preencho, já que sou professor em atividade da casa, titulado e estou no gozo de meus direitos políticos. Mas o que conta, sobretudo, são as condições subjetivas, porque estão ligadas ao merecimento do candidato. É um juízo de valor. Se eu vier a ser candidato, o que posso oferecer à PUC-SP é exatamente aquilo que ofereci há quatro anos: experiência, dedicação total e vontade de acertar".

POLÍCIA NA UNIVERSIDADE E SINDICÂNCIAS

"Não posso aplaudir uma coisa dessas [invasão da polícia]. A PUC-SP carrega esse trauma desde que foi invadida pelas forças do Coronel Erasmo Dias, em 1977. Em situações difíceis, o que conta é o diálogo, o chamado "jogo-de-cintura". O administrador precisa evitar isso, que foi algo realmente comprometedor para

a história da universidade.

Fui advogado, promotor e acabei como juiz. Para mim, a lei tem um primado particular. Mas existe um ditado muito repetido e que possui grande valia para quem atua no Direito: "é muito melhor o recurso do expediente do que o expediente do recurso". Isso quer dizer que devemos sempre procurar resolver as coisas pelo diálogo, pela conversa em busca de uma solução.

Esse expediente [processos administrativos contra estudantes] seguramente irá parar no Consun, e quando estiver lá estudarei corretamente o caso. Por enquanto só o conheço por leituras de comunicados, publicações e manifestações. Já houve problemas semelhantes no Consun, e sempre peço adiamento para poder examinar com todo o cuidado antes de me manifestar".

DÍVIDA DA PUC-SP

"O importante é planejar. Não saberia dizer o que faria hoje no lugar da reitora, até porque isso seria precipitado de minha parte. Mas afirmo que as soluções procuradas não foram as mais adequadas. E o resultado está aí para todos verem. E estaria muito pior se a Fundação São Paulo não tivesse realizado sua intervenção na PUC-SP.

Quando fui candidato, há quatro anos, formei uma equipe que estudou, discutiu, procurou soluções, até porque economia não é a minha área. Cerquei-me de especialistas, e estávamos organizando inúmeras tratativas para encontrar soluções, mas não fui eleito e tudo isso ficou para trás. Na atual situação, aquilo que foi planejado não serve mais, pois o débito àquela altura era um, e agora é muito maior. As soluções teriam de ser multiplicadas também. Se eu, eventualmente, lançar-me candidato, a primeira coisa que farei é me reunir com meus companheiros do grupo trabalho e planejar, sobretudo, uma forma de enfrentar o problema econômico.

Uma coisa eu digo: não sacrificarei pessoas sem culpa da situação. A PUC-SP vive hoje praticamente das mensalidades. É preciso que se procurem outras fontes de recursos. Isso só pode ser feito se debruçando sobre os problemas.

É perfeitamente possível retornarmos ao clima que existia na PUC-SP há cinco, ou dez anos. Isso vai depender dos destinos da universidade, da transigência, da transparência, da facilidade de comunicação, do diálogo. Jogo de cintura também. Na minha gestão no Tribunal – evidentemente, o cargo mais difícil que ocupei – não tivemos uma única greve de funcionários, por dois anos. Depois que deixei o cargo, houve diversas, algumas que duraram alguns meses. Problemas, tivemos muitos. Funcionários pedindo reajustes, problemas com servidores, etc. Mas nos reuníamos e discutíamos francamente. Através desse jogo de cintura, dessa disposição, podemos resgatar aquele clima que tivemos no passado".

"Uma coisa eu digo, não sacrificarei pessoas sem culpa da situação para solucionar problemas econômicos"

APROPUC consulta associados sobre mudanças em seu Estatuto

Conforme deliberação de sua mais recente assembléia, a diretoria da APROPUC está enviando pela internet uma mensagem aos seus associados, sobre as mudanças estatutárias propostas em 2007.

Conforme a diretoria da entidade explicitou na oportunidade, o Estatuto, elaborado em 1978, estava defasado em relação às novas situações vividas pela entidade. Os professores presentes à assembléia aprovaram as mudanças propostas, mas sugeriram que um maior número de associados fosse

consultado para referendar a decisão.

As alterações referem-se fundamentalmente ao acréscimo da assistência jurídico-trabalhista como uma das finalidades da entidade, participação de ex-professores no quadro associativo, prazo requerido para que o professor tenha direito a candidatar-se à diretoria, providências relativas à dissolução da entidade.

Os professores têm até o próximo dia 29/02 para se manifestarem sobre o assunto, respondendo à mensagem da associação.

Calendário do Redesenho

Conforme deliberação do Conselho Universitário (Consun), a Comissão de Redesenho Institucional (Cori) divulgou um boletim informando as datas agendadas para o encaminhamento do processo de Redesenho.

⇒ 29/02: Prazo-limite para o envio de relatórios à Cori. Eles devem conter a síntese dos debates e reflexões organizados pelos diferentes setores e unidades da PUC-SP.

⇒ 09/03: Prazo-limite para que o relatórios das unidades sejam sistematizados pela Cori.

⇒ Entre 10/03 e 14/03: A Cori repassará a sistematização dos relatórios para as unidades.

⇒ 18/03: Sugestões e apontamentos oriundos da sistematização deverão ser encaminhados à Cori.

⇒ 19/03: Sessão extraordinária do Consun, que debaterá as três propostas existentes e o material encaminhado pelas unidades.

⇒ 26/03: Reunião do Consun para deliberar a nova estrutura da universidade.

FALA COMUNIDADE

Carta da Cori ao PUCviva

A Cori (Comissão de Redesenho Institucional) lastima a desinformação do Jornal *PUCviva* (nº 646 – 18/02/2008) a respeito do processo de debates sobre o Redesenho Institucional de nossa universidade.

É lamentável que um jornal – que se pretende comunitário – reduza o trabalho de mais de 18 meses desenvolvido pela Cori e conduzido pelo Consun de forma transparente, em nada contribuindo para a informação e esclarecimento dos diversos segmentos da comunidade. Esse tipo de jor-

nalismo não combina com a formação universitária crítica e responsável que deve nortear todos os sujeitos desta universidade e seus veículos de comunicação.

A Cori solicita que esta mensagem seja publicada no próximo número do *PUCviva*.

Mariângela Belfiore Wanderley -
Presidente da Cori

Nota da redação: Cremos que, em nenhum momento, a matéria publicada em nossa última edição desmereceu o trabalho efetuado pela Cori nestes últi-

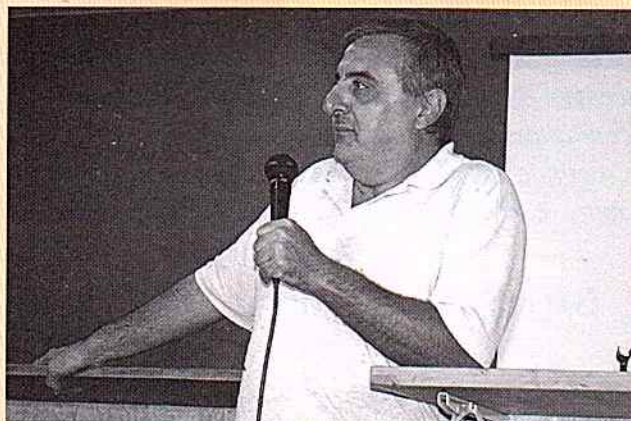
mos 18 meses. Ocorre porém que, em nossa cobertura profissional, tivemos a oportunidade de acompanhar e noticiar a maioria dos debates ocorridos na universidade e constatar que, à exceção da tumultuada audiência pública realizada em 05/11, os debates reuniram um número bastante reduzido de pessoas, e o número de mensagens enviadas pela internet sobre as propostas não foi proporcional a uma mudança tão profunda como a que poderá ocorrer na universidade.

Comunicação e Direito realizam aulas magnas

A Aula Magna dos cursos representados pelo C.A. Benevides Paixão aconteceu na terça-feira, 19/02. A atividade contou com a presença dos professores José Arbex Jr. e Helena Katz, e foi direcionada a estudantes de Jornalismo e Artes do Corpo - o curso de Multimeios havia realizado encontro semelhante na semana anterior. O professor Arbex lamentou a atual situação da universidade, e a forma como vem sendo conduzido o processo administrativo da Reitoria contra nove estudantes (veja matéria nesta edição). Para ele, "é lamentável ver uma universidade

que antigamente se opunha ao regime ditatorial, nos dias de hoje convide a polícia para resolver seus problemas internos".

Na mesma data, foi realizada uma aula de boas-vindas aos calouros do Direito, organizada pelo CA 22 de Agosto. O público lotou o Tucarena para acompanhar o tema *Os 20 anos da Constituição Brasileira*. Plínio de Arruda Sampaio abriu as falas apresentando a conjuntura do Brasil à época da Constituinte, e explicou que a feitura das leis do país depende de seus antecedentes. Cláudio Lembo defendeu a Constituição atual e atacou a concentração dos meios de comunicação e o consumismo exagerado da sociedade atual. José Afonso da Silva explicou com de-



MARCELA ROCHA



Acima, o professor José Arbex Jr. durante sua explanação. Abaixo, a mesa do debate promovido pelo CA 22 de Agosto.

talhes o processo de elaboração da Constituição brasileira. A mesa

ainda contou com o professor da casa Marcelo Figueiredo.

Leonardo Boff na universidade

Para comemorar o trigésimo aniversário de sua fundação, o pós em Ciências da Religião organiza sua Aula Inaugural com a presença do professor Leonardo Boff, com o tema *Teologia e Ciências da Religião: Que relações? Visão do Teólogo*. A atividade ocorre na próxima segunda-feira, 03/03, no auditório 239. A palestra é aberta ao público em geral. Informações: 3670-8529.

Noite de autógrafos com professor da PUC-SP

Nesta segunda-feira, 25/02, será lançado o novo livro do professor Mario Sergio Cortella, *Qual é a tua Obra? Inquietações Propositivas sobre Gestão, Liderança e Ética*, da Editora Vozes. O evento ocorre a partir das 19h30 na Livraria Cultura do Conjunto Nacional. Haverá uma palestra de Cortella e uma sessão de autógrafos. A entrada é franca.

Funcionários discutem Redesenho

Os funcionários da PUC-SP, após reunião no dia 20/02, apresentaram um documento que será enviado à Cori com sugestões a serem incorporadas nas propostas de Redesenho Institucional. Foi verificado que as propostas apresentadas pela FEA, CEDUC e Reitoria não foram suficientemente detalhadas para que os funcionários entendessem sua vinculação às estruturas propostas.

O documento defende que as discussões ocorram de forma simultânea, de maneira que um eventual mo-

delo de estrutura a ser aprovado pelo Consun seja compatível com a proposta elaborada pelo grupo de trabalho da Reitoria. Dentre os 11 itens citados no documento destacam-se: que alguns setores e unidades da universidade devem ser gerenciados por funcionários administrativos e não docentes; dedicação exclusiva a cargos administrativos; processos seletivos transparentes; participação dos funcionários em todos os conselhos; profissionalização da universidade.